

As execuções de traidores pelo Hamas em Gaza

Os recentes acontecimentos em Gaza – a execução de colaboradores pelo Hamas – reacenderam um debate acalorado em mídias globais e plataformas sociais. Na sequência desses atos, emergiu um padrão familiar: comentaristas alinhados com narrativas de hasbara denunciam rapidamente os palestinos como “incivilizados”, direcionando sua indignação moral aos apoiadores palestinos por não condenarem essas execuções com o mesmo fervor. Essas acusações não são novas – elas fazem parte de uma estratégia mais ampla para deslegitimar a resistência palestina e desviar a atenção da violência desproporcional e da opressão sistemática impostas a Gaza e à população palestina em geral.

Uma breve história da traição

Em todas as guerras ao longo da história, os estados buscaram recrutar colaboradores – indivíduos dispostos a trair seu próprio lado em troca de dinheiro, poder ou sobrevivência. Da Resistência Francesa e informantes nazistas durante a Segunda Guerra Mundial, às operações militares americanas no Iraque e Afeganistão, até a ocupação israelense da Palestina, a lógica permanece a mesma: a inteligência é uma arma poderosa, e a traição é seu preço. Gaza não é uma exceção. No entanto, as reações aos chamados “traidores” nesse contexto são filtradas por uma lente particularmente tóxica e hipócrita.

Uma escolha notável de traidores

Após inúmeros mensajes públicos sobre “trazer os reféns para casa” e “não deixar Gaza passar fome”, poderia se esperar que Israel tivesse priorizado encontrar aliados que pudessem ajudar na **recuperação de reféns**. Mas a realidade aponta para uma agenda diferente. Israel **apoiou uma gangue criminosa**, conhecida como “Forças Populares”, liderada por Yasser Abu Shabab. Esse grupo era responsável pelo **saque de comboios de ajuda** e pela **revenda de alimentos no mercado negro de Gaza** a preços exorbitantes. Todos em Gaza, e muitos além, sabiam que **Yasser Abu Shabab foi renegado e expulso por sua própria tribo beduína**, que o declarou, junto com sua gangue, fora da lei.

Isso revela uma contradição fundamental na narrativa de hasbara – proclamar preocupação com os reféns e negar o uso da fome como arma – enquanto, simultaneamente, apoia colaboradores criminosos cuja principal conquista foi **roubar comida do próprio povo**.

Traição e punição

Cada estado, independentemente de sua ideologia ou geografia, considera a traição um dos crimes mais graves possíveis. Em tempos de guerra, a traição ao próprio povo pode

ter consequências fatais – não apenas para exércitos e governos, mas para civis cujas vidas dependem da frágil coesão de sua sociedade. Por essa razão, **as leis penais e militares de quase todos os países prescrevem as penas mais severas para traidores**, frequentemente incluindo prisão perpétua ou execução. A história está repleta de exemplos. Do tratamento da Europa aos colaboradores nazistas após a Segunda Guerra Mundial à execução de espiões durante a Guerra Fria, os governos sempre defenderam a santidade da lealdade com punições severas.

Mesmo entre estados que se afastaram da pena de morte, **a traição ainda ocupa um lugar singular na hierarquia dos crimes** – muitas vezes sendo um dos últimos crimes ainda elegíveis para a pena capital. Nos **Estados Unidos**, a lei federal ainda permite a execução por traição. Na **Índia**, **Paquistão** e **Bangladesh**, a traição e crimes relacionados, como “fazer guerra contra o estado”, permanecem crimes capitais. O mesmo se aplica a países como **China**, **Coreia do Norte**, **Irã** e **Arábia Saudita**, onde a pena de morte é regularmente imposta por acusações políticas ou relacionadas à espionagem. Mesmo em **Singapura** e **Malásia**, a traição pode legalmente levar a uma sentença de morte. Muitos governos ao redor do mundo ainda sustentam que trair o próprio país é um crime tão grave que pode justificar a punição definitiva.

E, no entanto, quando os palestinos punem colaboradores – indivíduos acusados de impedir que a ajuda humanitária chegue à população faminta – eles não são retratados como um povo que se defende, mas como multidões sem lei agindo por barbárie. Os mesmos observadores que apoiariam ou aceitariam a punição severa de um traidor em seus próprios países expressam **indignação moral** quando os palestinos agem para se proteger.

Lei marcial e hipocrisia

Alguns propagandistas de hasbara agora dizem que os supostos colaboradores em Gaza deveriam ter recebido um julgamento justo. É um argumento conveniente, especialmente para aqueles ansiosos por pintar os palestinos como incivilizados por reagirem à traição em meio a uma guerra. Mas isso ignora deliberadamente a realidade no terreno: **não há mais um sistema judicial funcional em Gaza**. Após a campanha de destruição de Israel, **não há tribunais, celas de prisão, e muito provavelmente nenhum juiz ou procurador sobrevivente**. Bairros inteiros foram arrasados. Ministérios, delegacias de polícia, tribunais – tudo desaparecido. As instituições que normalmente lidariam com investigações criminais e procedimentos legais foram bombardeadas até virarem pó. Em tais condições, exigir um julgamento em uma sala de tribunal não é apenas irrealista – é desonesto.

É exatamente por isso que a **lei marcial existe**: é uma estrutura jurídica projetada para funcionar quando a infraestrutura civil não está mais operacional. A lei marcial não é uma brecha – é o sistema de última instância quando a sociedade está em colapso. E mesmo a lei marcial, quando aplicada corretamente, **inclui disposições para o devido processo**, embora em uma forma militar simplificada. Pode não parecer uma sala de tribunal televisionada com advogados de terno, mas ainda é destinada a seguir as regras básicas de justiça – especialmente quando tempo, segurança e a sobrevivência da comunidade estão em jogo.

Compare isso agora com a **hipocrisia flagrante** do sistema israelense. Israel tem usado rotineiramente a lei militar **contra os palestinos por décadas**, não porque não tenha tribunais funcionais, mas porque a lei militar **dá ao estado mais poder e menos limites**. Crianças são arrastadas para tribunais militares. Detentos são mantidos por meses sem julgamento. Condenações são emitidas sem evidências tornadas públicas. O uso da lei marcial por Israel não é sobre necessidade – é sobre dominação e controle.

Então, quando os críticos descobrem repentinamente uma paixão pelo “devido processo” em Gaza, pergunte-se: onde estava essa preocupação quando Israel impôs a lei marcial aos civis na Cisjordânia? Onde está quando Israel demole casas palestinas sem julgamento? Quando a detenção administrativa é usada para prender pessoas indefinidamente sem acusação? Quando crianças são interrogadas sem a presença de um advogado?

Isso não é sobre justiça. É sobre **indignação performativa** – usar a linguagem da lei e dos direitos humanos não para proteger os vulneráveis, mas para difamar aqueles que já estão sob cerco.

Abandonados intencionalmente

Aqueles que escolhem **colaborar com um inimigo** normalmente exigem **proteção ou evacuação** quando a guerra termina. É uma regra não escrita da espionagem: aqueles que traem devem ser comprados – não apenas com dinheiro, mas com promessas de resgate. Agentes que arriscam suas vidas em território hostil raramente agem por lealdade; eles agem por medo, desespero ou oportunismo. E quase sempre esperam que seus manipuladores garantam sua segurança quando os combates cessarem.

Em Gaza, ainda não está claro se Yasser Abu Shabab e sua gangue das “Forças Populares” receberam tais garantias de Israel. No entanto, o que parece cada vez mais provável é que **Israel não cumpriu sua palavra** – ou que nunca existiu um acordo genuíno. Relatórios do terreno indicam que, quando o cessar-fogo entrou em vigor, esses colaboradores foram **deixados expostos**, sem extração ou proteção, enfrentando a ira da mesma sociedade que exploraram.

Não seria a primeira vez que um estado poderoso **abandona seus proxies locais** uma vez que sua utilidade se esgota. O mesmo padrão se repetiu no Afeganistão, Iraque e Vietnã, onde intérpretes, informantes e milícias que serviram a exércitos estrangeiros foram posteriormente **abandonados**, muitas vezes caçados por suas próprias comunidades como traidores. Para o ocupante, esses indivíduos são ferramentas de conveniência – valiosas durante a campanha, descartáveis quando o objetivo muda.

Ativos descartáveis, mortes úteis

Se Israel quisesse, poderia ter organizado extrações ou oferecido santuário, mas neste caso parece que **o valor desses indivíduos era maior na morte do que na vida**. Suas execuções tornaram-se úteis – não militarmente, mas **narrativamente**. Ao permitir que os colaboradores caíssem nas mãos do Hamas ou de milícias locais, Israel garantiu que esses homens enfrentassem o tipo de punição rápida e pública que poderia então ser **transmi-**

tida como prova da selvageria palestina. Agentes de hasbara e meios de comunicação aproveitaram a oportunidade: imagens e vídeos gráficos foram compartilhados, a indignação moral foi fabricada, e uma pergunta foi feita em voz alta – “Por que os apoiadores palestinos não condenam isso?”. Isso não foi apenas abandono. Foi um **sacrifício propagandístico**.

A estratégia segue uma lógica familiar: retratar os palestinos como irracionais, violentos e inerentemente incapazes de sustentar valores “civilizados” como julgamentos justos e direitos humanos. Isso permite que Israel se apresente como o lado mais moral – mesmo enquanto se engaja em punições coletivas, cercos de fome e a destruição sistemática da infraestrutura de Gaza. Nesta narrativa, o colaborador não é uma pessoa. Ele é um **objeto de cena**, um **peão** e, finalmente, um **mártir para uma guerra midiática** na qual a brutalidade do inimigo deve estar sempre em plena exibição. Sua vida é descartável. Sua morte é capital político. O que torna essa tática particularmente eficaz é que ela inverte os papéis de vítima e vilão. Em vez de ser responsabilizado por criar as condições que levam à traição, ao caos interno e ao desespero, Israel pode apontar para as consequências inevitáveis da traição como prova de que a sociedade palestina é irredimível.

Operações psicológicas à vista

Isso não é mera especulação. Governos há muito usam **operações psicológicas (psyops)** para manipular a percepção pública por meio de vazamentos controlados, abandono seletivo e exploração narrativa. Da CIA ao Mossad, as agências de inteligência entendem que a guerra não é mais travada apenas no campo de batalha – ela é travada **na mente**, nas telas e através das manchetes.

Permitir que os colaboradores morram – e garantir que suas mortes sejam visíveis – serve a múltiplos propósitos:

- **Intimidação:** Envia uma mensagem a outros em Gaza que consideram colaborar – vocês estão sozinhos.
- **Deslegitimação:** Permite que Israel retrate a resistência palestina como brutal e sem lei.
- **Distração:** Desvia a atenção dos crimes de guerra israelenses ao fabricar uma controvérsia contra a qual os palestinos devem se defender.
- **Divisão:** Semeia desconfiança dentro da sociedade palestina, incentivando a crença de que ninguém está seguro, nem mesmo entre os seus.

Indignação seletiva na mídia ocidental

Se você seguisse a cobertura da mídia internacional mainstream sobre a guerra em Gaza, poderia pensar que a preocupação mais urgente com direitos humanos era a execução de um punhado de supostos colaboradores. Esses casos – transmitidos com imagens dramáticas, manchetes fortemente editadas e moralismo severo – dominaram segmentos em redes de notícias ocidentais, inundaram as redes sociais e alimentaram debates intermináveis sobre a suposta “barbárie” da sociedade palestina.

Enquanto isso, a **morte em massa de palestinos** – mais de **67.600 mortos pelas forças israelenses apenas nos últimos dois anos** – é relatada com uma espécie de distanciamento burocrático. Se mencionada, aparece como uma estatística enterrada sob manchetes sobre reféns israelenses, operações militares ou “infraestrutura do Hamas”.

Essa disparidade não é apenas negligência editorial – é **engenharia narrativa**.

Por que a execução de 6, 10 ou mesmo 20 colaboradores gera mais manchetes do que dezenas de milhares de mortes civis? A resposta está em como a mídia internacional foi condicionada a **humanizar o sofrimento israelense e criminalizar a resistência palestina**, enquanto a morte palestina é considerada suspeita, acidental ou lamentavelmente “inevitável”. A morte de um palestino por um ataque de míssil israelense é relatada como um evento climático – trágico, mas impessoal. A execução de um colaborador pelos palestinos, por outro lado, é **teatro moral**: uma oportunidade para âncoras, comentaristas e políticos questionarem a humanidade de um povo inteiro.

Isso não é um acidente. É o resultado de décadas de **desumanização**, racismo e alinhamento ideológico, financeiro e político da mídia ocidental com as narrativas israelenses. O desequilíbrio na cobertura não é sobre o que é noticiável; é sobre o que serve à estrutura de poder dominante.

Sensacionalização da exceção, apagamento da norma

As execuções são perturbadoras e merecem escrutínio. Mas em Gaza, elas são a **exceção**, não a regra. Os ataques aéreos israelenses, por outro lado, são **rotineiros**, frequentemente descritos como “ataques de precisão” mesmo quando arrasam bairros inteiros. Esses ataques mataram milhares de crianças, destruíram hospitais e levaram uma população à fome e ao deslocamento em massa. No entanto, a **brutalidade do assassinato industrializado apoiado pelo estado** recebe menos cobertura emocional do que o desfile de um suposto traidor por uma rua devastada pela guerra.

Por quê? Porque a narrativa do colaborador serve a um propósito: ela confirma os preconceitos profundamente enraizados do Ocidente. Conta uma história reconfortante onde **os palestinos são o problema**, mesmo em seu próprio sofrimento. Onde o Hamas – e, por extensão, todos os palestinos – é irracional, vingativo e indigno da empatia estendida às vítimas em outros lugares.

Isso não é jornalismo – é **manutenção ideológica**.

Epílogo

Nos últimos dois anos, a história foi contada **pela lente do ocupante**, não dos ocupados.

Vimos como os colaboradores – ferramentas de uma força externa – foram elevados ao centro do palco enquanto as crianças enterradas em valas comuns foram tornadas invisíveis. Ouvimos a palavra “civilizado” ser usada não como um padrão de comportamento, mas como um distintivo de superioridade racial e política. Vimos apelos à justiça distorci-

dos em instrumentos de propaganda – não para proteger os vulneráveis, mas para aprofundar sua desumanização.

A narrativa de hasbara depende dessa inversão. Ela prospera na confusão – na crença de que os colonizados devem sempre justificar sua dor, sua raiva e até mesmo sua existência. Quando colaboradores são executados, é selvageria; quando Gaza é bombardeada, é segurança. Quando os palestinos resistem, é terrorismo; quando morrem silenciosamente, é paz. A ordem moral que condena os impotentes por sobreviver enquanto desculpa os poderosos por matar não é, de forma alguma, uma ordem moral – é um roteiro escrito pelo império, encenado pela mídia e consumido por aqueles que estão entorpecidos demais para ver seu próprio reflexo nas ruínas.

As execuções de colaboradores são um sintoma do colapso – de um mundo onde a lei e a ordem foram bombardeadas até virarem pó.

Elas não são prova da selvageria palestina, mas da **selvageria imposta à Palestina**.

Referências

- **Associated Press.** “ Hamas executa mais de duas dúzias de supostos colaboradores em Gaza.” *AP News*, 14 de outubro de 2025.
- **Le Monde.** “O apoio secreto de Israel às ‘Forças Populares’ armadas em Gaza falha.” *Le Monde International Edition*, 10 de outubro de 2025.
- **Reuters.** “Clã de Gaza renega Yasser Abu Shabab em meio a acusações de saque e colaboração.” *Reuters*, 11 de outubro de 2025.
- **The Week (UK).** “Quem são as ‘Forças Populares’? Dentro do colapso do proxy de Israel em Gaza.” *The Week*, 12 de outubro de 2025.
- **Escritório das Nações Unidas para a Coordenação de Assuntos Humanitários (OCHA).** *Relatório de Situação de Impacto Humanitário #59: Avaliação de Danos à Infraestrutura e Governança na Faixa de Gaza*. 3 de outubro de 2025.
- **Escritório de Direitos Humanos das Nações Unidas (OHCHR).** “Destruição das instituições civis e do sistema judiciário de Gaza.” Comunicado de imprensa, 25 de setembro de 2025.
- **Código dos Estados Unidos Título 18 § 2381 – Traição.** Escritório de Publicações do Governo dos Estados Unidos, válido até 2024.
- **B’Tselem – O Centro de Informação Israelense para Direitos Humanos nos Territórios Ocupados.** *Menores em detenção militar: Tribunais militares israelenses na Cisjordânia*, atualização de 2024.
- **Associação de Apoio aos Prisioneiros e Direitos Humanos Addameer.** *Estatísticas e resumo jurídico sobre detenção administrativa*, maio de 2025.
- **Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas.** *Relatório da Comissão Internacional Independente de Inquérito sobre o Território Palestino Ocupado, incluindo Jerusalém Oriental, e Israel*, A/HRC/59/73, junho de 2025.
- **Associated Press.** “Ministério da Saúde de Gaza: Número de mortos sobe para 67.600.” *AP News*, 14 de outubro de 2025.

- **Haaretz.** "Exército israelense admite uso de milícias locais de Gaza para coletar informações." *Haaretz English Edition*, 9 de outubro de 2025.
- **International Crisis Group.** *Após o cessar-fogo: Fragmentação e represálias em Gaza*, Relatório nº 248, outubro de 2025.
- **Al Jazeera English.** "Hamás diz que alertou colaboradores antes das execuções; Israel condena assassinatos." *Al Jazeera*, 15 de outubro de 2025.
- **Human Rights Watch.** *Israel/Palestina: Encerrar a punição coletiva em Gaza*. 1 de outubro de 2025.
- **Repórteres Sem Fronteiras.** *Narrativas midiáticas e cobertura de guerra: Gaza 2025*, outubro de 2025.